

Desafio do novo Congresso é mudar imagem

■ Legislatura que acaba em 31 de janeiro derrubou Collor, cassou 'anões' do Orçamento, mas não superou a fama de ineficiente

211

DANIELA SHOLL

BRASÍLIA — Os deputados e senadores que no dia 31 de janeiro encerram seu mandato podem incluir nos currículos a glória de terem participado do Congresso que cassou o mandato de um presidente e que promoveu um processo de autodepuração, com a CPI do Orçamento. O saldo é positivo, mas a atual Legislatura não conseguiu mudar a imagem de que o Parlamento brasileiro é moroso, ineficiente e gasta muito para o pouco que trabalha.

Preocupados com esse hiato que faz cair no descrédito a instituição-chave de uma democracia, cujo sinal mais aparente é o enorme índice de votos nulos e brancos nas eleições proporcionais, parlamentares das mais diversas tendências já elaboram, às vésperas da eleição da nova Mesa Diretora, propostas de modernização do do Legislativo.

Mudanças — Se adotadas, as propostas de mudança — defendidas por parlamentares como Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), Álvaro Valle (PL-RJ), José Genoíno (PT-SP), Miro Teixeira (PDT-RJ), Nelson Jobim (PMDB-RS), entre outros — podem fazer com que a futura Câ-

mara pelo menos funcione com mais agilidade — por mais difícil que seja conciliar posições numa Casa formada por 513 representantes das mais diferentes corporações e ideologias.

As mudanças, que atendem pelo nome de reforma regimental, pretendem, entre outras medidas, inibir os deputados gazeteiros e varrer da rotina da Casa as intermináveis sessões de falatório que acabam sem decisões.

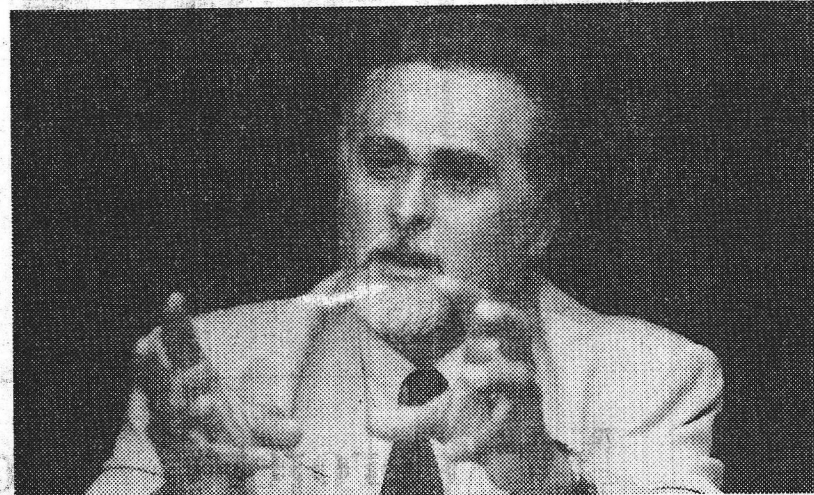
Votos nulos — “O problema é que o Congresso funciona em ritmo de bicicleta, e a sociedade em ritmo de Fórmula 1”, compara o petista José Genoíno. Genoíno argumenta que a sociedade não tolera mais o ritmo lento do Congresso. “A sociedade não quer isso”, afirma. “Não foi à toa que sua resposta nas eleições veio na forma do altíssimo índice de votos nulos e em branco para os candidatos proporcionais”, frisa.

Os regimentos internos da Câmara e do Senado, intrincado conjunto de normas sobre a conduta dos parlamentares em plenário e a tramitação administrativa de tudo que passa pelo Legislativo, são apontados hoje como a raiz do problema da lentidão do Legislativo. Pelas propostas já elaboradas e encaminhadas à Me-



Miro e sua cruzada pela moralização do Legislativo: apoio da sociedade

Gilberto Alves — 11/2/93



Genoíno: votos nulos mostraram decepção da sociedade com Legislativo

sa da Câmara — a discussão também existe no Senado, mas não há proposição de mudanças —, os gazeteiros não terão mais, como hoje, subterfúgios para escapar das punições decorrentes de faltas.

Também as comissões permanentes, encarregadas de dar pareceres técnicos às propostas, antes que passem ao plenário, poderão, como hoje, segurar por anos a fio um projeto. As comissões, onde as ausências não são fiscalizadas, estão na berlinda das reformas regimentais. “As faltas nas comissões têm de ser controladas. As comissões têm também de ser mais bem aparelhadas para ganharem agilidade”, defende Genoíno. Com isso, distorções como as que ocorrem hoje na Comissão de Redação, Constituição e Justiça poderiam ser corrigidas.

Burocracia — Para se ter uma idéia, essa comissão, por onde passam todas as proposições — exceto quando chegam à Mesa com a rubrica *urgente urgentíssimo* —, tem hoje 907 projetos esperando apreciação. Desde agosto a CCJ não consegue o quórum de 27 parlamentares para lhes dar um destino. Por isso a apresentação de proposições sob a rubrica

urgente urgentíssimo é prática cada vez mais comum, lembra pedetista Miro Teixeira.

Quando essa nomenclatura usada, a proposta não precisa passar pela burocracia das comissões, recebendo parecer em votação no plenário — o que esvazia a função das comissões permanentes. “É evidente que em casos extremos essa rubrica é necessária. O problema é que o *urgente urgentíssimo* deixou de ser exceção e virou regra”, diz.

Presidência — Foi com o objetivo de fomentar a discussão do funcionamento interno da Casa que Miro Teixeira e José Genoíno, deputados de legendas minoritárias, se lançaram candidatos à presidência da Câmara. A praxe é que a presidência seja de um dos dois partidos com a maior bancada, PMDB e PFL.

“Deu certo”, acredita Miro, coordenador da comissão parlamentar recém-formada para oferecer à Mesa estudos e sugestões com o objetivo de aperfeiçoar os trabalhos administrativos e legislativos da Câmara. “A sociedade está começando a participar da discussão, que parece de interesse interno, mas é absolutamente fundamental.”